

1. Introdução: uma tragédia dessublimada

Schiller, em seus estudos sobre estética, afirma que sublime é o objeto que dá a conhecer os limites da natureza sensível do ser humano, mas que, ao mesmo tempo, faz com que se conheça também a sua superioridade racional em relação a esta mesma natureza. Com o sublime, então, o ser humano perde fisicamente, mas se eleva moralmente através das idéias, uma vez que é dependente enquanto ente sensível e livre enquanto ente racional. Esta dependência sensível decorre basicamente de dois impulsos: o de representação e o de autoconservação. O primeiro diz respeito à capacidade humana de representar e, por isso, tende para o conhecimento; o segundo impulso, o de autoconservação, busca conservar a existência e, por este motivo, tende para os sentimentos. Assim, o ser humano, segundo o Idealismo Transcendental de Schiller, está sob uma dupla dependência no que se refere à natureza, pois esta pode escassear tanto as condições para o conhecimento como as condições à manutenção de sua existência. Deixando de lado a dependência do conhecimento em relação à natureza e se atendo à dependência da nossa existência às condições naturais, ou seja, se atendo apenas àquela sublimidade que Schiller chamou de prática e de patética, é possível citar o seguinte exemplo:

Penso, por exemplo, no sacrifício de Leônidas nas Termópilas. Avaliada moralmente, tal ato é para mim uma manifestação da lei ética, cumprida em plena contradição com o instinto; avaliada esteticamente, ela é para mim uma manifestação da capacidade ética, independente de toda coação dos instintos. O meu sentido moral (a razão) vê-se *satisfeito* por esse ato; o meu sentido estético (a faculdade de imaginação) vê-se *encantado*¹.

O que acontece com Leônidas? Enquanto ente sensível, corpóreo, ele perde fisicamente, visto que as forças persas são muito superiores as suas; mas enquanto ente racional ele supera o seu sofrimento sensível, na medida em que sucumbe justamente para salvar Esparta, ou seja, sucumbe em nome de sua obrigação moral enquanto rei espartano. Schiller, portanto, pode extrair desta concepção de ser

¹ SCHILLER, F., *Textos sobre o Belo, o Sublime e o Trágico*. p. 178.

humano e de sublimidade as duas leis da arte trágica, sendo a primeira lei a apresentação da natureza sofredora ou do sofrimento da dimensão sensível do ser humano e a segunda, a apresentação da superação (elevação) moral ou racional deste sofrimento. Em suma, quando Schiller pensa a tragédia, ele pensa simultaneamente a sublimidade. A tragédia se encontra, então, dentro do âmbito da sublimidade, ou ainda, a tragédia está sob as duas leis da sublimidade. Tal concepção estética da tragédia não poderia ter outro contexto histórico senão o de um período revolucionário, tendo em vista que Schiller foi contemporâneo da Revolução Norte-Americana e da Revolução Francesa, sendo, inclusive, honrado com o título de cidadão francês, em virtude do seu apoio à revolução. Em outras palavras, só num contexto histórico marcado por revoluções é que se poderia pensar até mesmo a tragédia como estando no âmbito da superação, ainda que apenas racional, do sofrimento sensível, o que caracteriza a sua sublimidade, base para se extrair as suas referidas leis. É importante notar que o termo sublime vem do latim *sublimare* que quer dizer elevação ou superação.

Contudo, esse período revolucionário não parece ser exatamente um quadro análogo à contemporaneidade, sobretudo porque os movimentos contestatórios, ou mesmo revolucionários, se tornaram excepcionais e não tão influentes como a Revolução Francesa, ainda que não tenham deixado de existir. Mas este fato ainda está muito longe de ser uma resposta minimamente satisfatória para a compreensão do atual quadro histórico da sociedade hodierna. Entretanto, como chegar a tal quadro? Este quadro se configura como uma tragédia? Se for este o caso, é esta tragédia sublime? Por onde começar? O presente trabalho adotou a perspectiva do materialismo histórico e, com ele, a do proletariado para compreender a sociedade atual, porque é através dela, infelizmente, que ainda se torna possível compreender a nossa realidade social, pois a estrutura fundamental desta sociedade continua a ser a divisão entre os donos dos meios de produção, os capitalistas, e aqueles que, por não serem donos dos meios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho, o proletariado. Além disso, esta estrutura é a determinante principal da organização política, econômica e cultural da sociedade contemporânea. É claro que o presente trabalho tentou atualizar o materialismo histórico com a sua produção mais recente e

também trazendo outras posições teóricas no auxílio à compreensão do atual quadro social. No entanto, mesmo quando outras posições teóricas foram utilizadas, esta utilização só foi possível em virtude do método dialético do materialismo histórico, método este que consiste, no que se refere à leitura teórica, na negação do conteúdo ideológico e falseador destas teorias, na afirmação e absorção do conteúdo de verdade das mesmas e na superação (*Aufhebung*) tanto das limitações da teoria marxista quanto das demais teorias numa nova teoria. É preciso ressaltar que se procurou aplicar o mesmo método sobre a própria teoria marxista ou materialista histórica, uma vez que esta não é impermeável às limitações ideológicas falseadoras, aliás a história tem sido uma prova constante desta afirmação. Em suma, esta tese tentou acompanhar a dinâmica das forças que constituem as mudanças históricas, tendo em vista que o seu objeto é tentar compreender os elementos fundantes do mundo do trabalho contemporâneo, sobretudo no que tange à atual alienação do trabalhador.

Com o intuito de deixar clara, então, a posição teórica assumida, a primeira parte desta tese desenvolverá, ainda que brevemente, o conceito de materialismo histórico, compreendendo-o, sobretudo, como uma crítica desfetichizadora, ou seja, como uma crítica cuja tarefa consiste em desvelar o conjunto das relações sociais que determinam o ser humano em sua vida produtiva, seja esta produção espiritual, seja ela material. Mas, este é apenas o momento teórico do materialismo histórico, pois tal crítica tem como pretensão a transformação do mundo. Portanto, é preciso abordar todos os conceitos correlatos à pretensão teórica desfetichizadora e à pretensão prática revolucionária do marxismo, ou seja, é preciso abordar igualmente os conceitos de sociedade, história, totalidade, dialética, proletariado, perspectiva do proletariado e alienação tal como foram compreendidos não só por Marx e Engels, mas também por alguns dos principais autores da tradição marxista.

Esclarecidas e definidas as bases do materialismo histórico e o seu conceito de alienação, esta tese procurará lançar luz sobre as atuais condições do trabalhador, o que significa dizer que se deterá, primeiramente, na conceituação do modo de extração de trabalho que caracterizou o fordismo, também conhecido como acumulação rígida. Dito de outra maneira, o que se pretende com a segunda parte deste trabalho é a utilização e realização do método e dos conceitos do materialismo

histórico, esclarecidos na primeira parte desta tese, para se compreender a alienação contemporânea. Logo, será tratada a questão da implementação do Estado de bem-estar social como solução para a crise de superprodução de 1929 e, por via de consequência, a criação de uma relativa estabilidade nas relações de trabalho, possível, por sua vez, graças ao estabelecimento tanto de direitos trabalhistas quanto de ganhos salariais. Tal fato foi designado por Alain Bihr, no seu *Da Grande Noite à Alternativa*, de o compromisso fordista, tendo em vista que boa parte do proletariado abriu mão de suas pretensões revolucionárias em troca de um conjunto de direitos trabalhistas e de ganhos salariais. Assim, torna-se necessário tratar o quanto estas conquistas resultaram no desenvolvimento da chamada sociedade de consumo, uma vez que a saída para se solucionar a crise de super produção e de se evitar a revolução foi a criação de um correlato super consumo, possível, por sua vez, graças às garantias proporcionadas pelo Estado de bem-estar social.

Neste momento do trabalho, procurar-se-á entender algumas das razões históricas que levaram a passagem do fordismo para o toyotismo, ou ainda, a passagem da acumulação rígida para a acumulação flexível, assim como o impacto destas transformações no mundo trabalho e, conseqüentemente, na alienação do trabalhador. A principal transformação, para esta tese, foi o início da desregulamentação dos direitos trabalhistas, o que, entre tantas conseqüências, a instabilidade e a insegurança parecem ser as suas principais características. Deste modo, torna-se possível caracterizar o primeiro aspecto da alienação contemporânea, ou seja, o primeiro elemento do estado atual da alienação: a obsolescência. Logo, o resultado da desregulamentação dos direitos trabalhistas foi a transformação da já alienante condição do trabalhador de mercadoria durável, dona de direitos que garantiam (e ainda garantem) uma relativa estabilidade no mundo do trabalho, em mercadoria consumível, uma vez que é cada vez maior a precarização, ou seja, é crescente o número de trabalhadores que não são protegidos pelos direitos trabalhistas ou apenas encontram uma proteção parcial destes mesmos direitos, podendo, por conseguinte, ser facilmente substituídos ou demitidos com um custo mínimo para os seus empregadores, os capitalistas. Portanto, uma das características da nossa realidade social, tanto no que diz respeito à produção quanto no que se refere às

demais dimensões sociais, não é apenas o decréscimo da durabilidade do valor de uso das mercadorias produzidas, mas também o decréscimo da durabilidade-estabilidade do valor de uso da mercadoria trabalhador, isto é, a perda de durabilidade e estabilidade das relações no interior do mundo do trabalho. A obsolescência torna-se, então, a marca tanto das mercadorias produzidas quanto do proletariado, isto é, daqueles que, por não possuírem os meios de produção, precisam vender a sua força de trabalho.

Ainda na segunda parte desta tese, o tema da perspectiva do proletariado será retomado, só que a partir da base empírica descrita anteriormente, ou seja, o objetivo é mostrar que, apesar de todas as transformações na forma de extração e gestão da força de trabalho, estas transformações não resultaram na superação da cisão originária da realidade capitalista: a separação e a oposição entre proletariado e capital (a luta de classes). A perspectiva do proletariado, enquanto um horizonte possível de visibilidade da sociedade, ainda detém objetivamente o seu privilégio epistemológico em relação à perspectiva capitalista quando o que se pretende conhecer é a realidade social, visto que não só a cisão originária entre capital e proletariado persiste, mas também por ter o capital o interesse de preservar uma realidade social que torna possível a sua existência, ou seja, a existência dos privilégios produzidos e usufruídos pelo capitalista. Mas, nesta parte da tese, a questão da possibilidade da perspectiva do proletariado será retomada, possibilidade esta fundada no fato de que o ser humano ainda continua dependendo da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Uma vez estabelecida a perspectiva do proletariado tanto no que diz respeito à sua base conceitual quanto no que se refere à sua base empírica, ainda será abordada a questão de o proletariado continuar a ser a classe que possui o interesse pelo conhecimento objetivo da realidade capitalista, sendo este conhecimento objetivo uma necessidade se esta classe quiser efetivamente superar a dicotomia explorado/explorador (capital/proletariado). Mas por que a perspectiva do proletariado possui um privilégio epistemológico em relação à perspectiva capitalista e, conseqüentemente, possui um interesse pelo conhecimento objetivo da sociedade apenas se assumir a dimensão revolucionária de sua perspectiva?

A razão deste privilégio epistemológico da perspectiva do proletariado está no fato de que o capital tem o interesse na realidade social que produz os seus privilégios decorrentes, por sua vez, de sua dominação. O resultado epistemológico deste interesse capitalista é, em primeiro lugar, a necessidade de ocultação ideológica dos aspectos negativos de sua realidade histórica e, em segundo lugar, a naturalização e, com isso, a ontologização e eternização de sua historicidade, ou seja, o capital deixa, assim, de ser histórico para se tornar uma espécie de divindade imortal terrena. Deste modo, a perspectiva capitalista perde a dimensão dinâmica da histórica que torna possível a sua superação. Inversamente, a perspectiva do proletariado tem o interesse de compreender a história em sua real dinâmica, isto é, a história é dialeticamente compreendida precisamente porque o proletariado tem a necessidade de conhecer tantos os aspectos negativos quanto os aspectos positivos da história, sendo, inclusive a principal vítima da negatividade da dominação capitalista. Mais especificamente, o proletariado tem a necessidade de compreender a própria historicidade do capital e, por via de consequência, de sua tarefa histórica, a saber: a de ser a classe revolucionária, aquela cujo destino histórico é a superação do capital e a sua autosuperação enquanto proletariado, ou seja, enquanto classe que depende da venda de sua força de trabalho para o capitalista. Mas, a perspectiva do proletariado em sua dimensão revolucionária não é automaticamente ou mecanicamente assumidas por seus membros, uma vez que ela se constitui tão somente como uma possibilidade objetiva, isto é, como uma possibilidade tornada possível pela dinâmica da realidade histórica. Portanto, as transformações no interior do mundo do trabalho só tornaram mais urgente a compreensão e a atualização dos conceitos do materialismo histórico a partir da perspectiva do proletariado e da subsunção, a partir desta perspectiva, das demais perspectivas teóricas, pois a cisão e a oposição originária entre capital e proletariado que caracterizam a realidade social não deixaram de existir, apesar de todas as transformações que sofreram tanto o mundo do trabalho quanto o próprio capital.

Contudo, mesmo que a cisão proletariado/capital ainda seja a origem da realidade social capitalista e que a perspectiva do proletariado ainda possua o seu privilégio epistemológico em relação à perspectiva capitalista, ainda assim, quando se

define o proletariado como classe que precisa vender a sua força de trabalho, demasiadas realidades sociais são postas sob um mesmo conceito. Torna-se necessário, então, um critério para diferenciar as diferentes realidades no interior do proletariado. Pensar tal critério constitui o último momento desta parte do trabalho e este é extraído da lei inversa do potencial transformador do proletariado, termo extraído da análise de Ricardo Antunes, em *Os Sentidos do Trabalho*, das transformações no mundo do trabalho e de sua leitura do inacabado capítulo VI de O Capital de Karl Marx.

A lei inversa do potencial transformador do proletariado consiste na constatação de que com o advento do toyotismo ou o da acumulação flexível, o que se assiste hoje (e no fordismo também) é a cooptação através de ganhos salariais daquela parte do proletariado responsável diretamente pela produção de mercadorias, o operariado fabril, sendo esta a razão pela qual esta parcela do proletariado possui subjetivamente um menor potencial transformador. Por isso, subjetivamente o operariado está menos aberto às ideologias transformadoras, ainda que objetivamente este mesmo operariado tenha um maior potencial transformador, visto que lhe é possível parar mais rapidamente a produção. No entanto, o mesmo não acontece com as categorias do proletariado ligadas indiretamente à produção (os terceirizados, cooperativados etc.), pois é no interior destas categorias onde é maior a precarização, ou seja, a perda salarial e a quase ausência de estabilidade e garantias trabalhistas. É por isso que o potencial transformador torna-se maior nesta categoria do proletariado quando se considera a sua dimensão subjetiva, uma vez que a cooptação muitas vezes é muito mais ideológica do que econômica, o que faz crescer a insatisfação e o mal-estar. Porém, o mesmo não acontece em termos objetivos, pois é muito menor o seu poder de parar a produção e, com isso, causar danos ao capital. Deste modo, a lei inversa do potencial transformador do proletariado não é apenas um critério ou método para localizar o potencial transformador de cada categoria que constitui o proletariado, mas também um critério ou método de diferenciação das diversas categorias que constituem a classe proletária. Portanto, o último momento desta parte é pensar a lei inversa do potencial transformador nesta dupla dimensão metodológica.

Contudo, se o materialismo histórico e a perspectiva do proletariado possuem objetivamente a possibilidade do privilégio epistemológico para o conhecimento objetivo da sociedade capitalista, esta mesma perspectiva, quando se quer obter o conhecimento da vida mental no interior de uma realidade social capitalista, tem de se articular dialeticamente com a psicanálise. Tal fato se dá, sobretudo, porque, depois de Sigmund Freud, o ser humano não pode ser compreendido apenas enquanto um ser socialmente produtivo e dotado de necessidades, pois o referido autor mostrou que estas necessidades que constituem a subjetividade humana, ou a psique humana, são muito mais complexas do que Marx e Engels supunham. Logo, a leitura de Freud se faz necessária, posto que a questão deixa de ser apenas a produção de mercadorias e passa a ser igualmente a produção de uma subjetividade alienada e do mal-estar que resulta desta alienação. Então, tornou-se necessária a abordagem dos principais conceitos de Freud: id, ego, superego, sonho noturno, interpretação dos sonhos, catexias, complexo de Édipo. Mas o conceito de Freud mais importante para esta tese talvez seja o de mal-estar. Segundo o autor de *O Mal-Estar na Civilização*, a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, sobretudo no que se refere à sexualidade e à agressividade. A civilização, enquanto ordenação de uma humanidade que é naturalmente desordenada, coloca o princípio de prazer sob a medida do princípio de realidade, isto é, adequando aquilo que impulsiona o indivíduo à felicidade às restrições da realidade. Há na vida mental, ou na psique humana, uma luta entre a necessidade de viver em sociedade e a necessidade de ser feliz. O mal-estar da civilização, então, nasce da redução da felicidade individual àquilo que a ordem da realidade social, ou civilização, permitem. O mal-estar que caracteriza a civilização, por conseguinte, resulta de um “excesso de ordem” e de uma falta de liberdade individual e, por este motivo, de uma felicidade que se tornou demasiado restrita. É por este motivo que Freud afirma que ao limitar a liberdade em nome da segurança, quando se estabelece uma ordem que restringe a nossa sexualidade e agressividade, a civilização condena os seus indivíduos a viverem, na melhor das hipóteses, no interior de um mal-estar seguro e ordenado.

Uma vez abordados os conceitos definidores da vida mental do ser humano de Sigmund Freud, será desenvolvida a absorção e crítica dos referidos conceitos feita

pelo materialismo histórico, mais precisamente por Ernst Bloch e por Herbert Marcuse. Ernst Bloch funda sua crítica à concepção da psique humana de Freud ao defender que a autopreservação é mais fundamental do que a sexualidade e a agressividade, tal como propugnado por Freud. Ademais, esta autopreservação faz com que haja no ser humano que não consegue satisfazer este instinto e, por este motivo, sentindo todos males da fome, uma forte disposição revolucionária, uma vez que para satisfazer esta disposição o ser humano precisa transformar a realidade. Todavia, esta disposição não torna o faminto necessariamente um revolucionário e isto porque é preciso que ela seja instruída para que ela se manifeste numa postura efetivamente transformadora, ou seja, é preciso que ela seja consciente de si e dos motivos pelos quais a sociedade produz a fome. Quando a autopreservação se torna instruída, deixa de ser mero esforço para manutenção da sobrevivência para se tornar autoexpansão. E é da necessidade de esta autoexpansão dar forma a um mundo melhor que Bloch extraí o conceito de esperança, ou *docta spes*, a esperança compreendida no interior da dialética do materialismo histórico e igualmente compreendida como atividade e não como passividade. Da autoexpansão Bloch ainda extrai o conceito de sonho diurno, ou seja, aqueles sonhos que sonhamos quando estamos despertos, sonhos cujos conteúdos se definem como uma negação ao ruim existente e como uma afirmação do melhor em suspenso.

Já a crítica de Herbert Marcuse aos conceitos de Freud surge quando ele realiza a sua ontogênese do indivíduo reprimido em *Eros e Civilização - Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*, ao observar que os conceitos de Freud possuem um caráter não-histórico, uma vez que o mal-estar sempre estará presente em qualquer forma de sociedade, tendo em vista que toda sociedade necessita de ordem e toda ordem, mesmo a mais justa, depende de repressão. Por conseguinte, uma das tarefas de Marcuse, no referido livro, é justamente “historicizar” os conceitos freudianos para entender a repressão no interior de uma sociedade capitalista. Segundo Marcuse, esta sociedade se caracteriza não apenas pela necessidade de repressão e de ordem para existir, mas, sobretudo, pela necessidade de uma ordem injusta e que produza através de uma repressão igualmente injusta uma subjetividade adequada e dócil à dominação ou ao controle heterônomo capitalista. É

por este motivo que o autor desenvolverá dois conceitos: o de mais-repressão e o de princípio de desempenho. O primeiro se define pelas restrições ao princípio de prazer necessárias à dominação social, enquanto que o segundo consiste no princípio de realidade específico que determina a estratificação social a partir dos desempenhos econômicos concorrentes dos indivíduos. Em suma, nesta parte do trabalho procurar-se-á entender o mal-estar específico no interior de uma realidade social repressora, a civilização, compreendida aqui em seu momento histórico capitalista.

Entretanto, já foi visto que a sociedade capitalista sofreu mudanças profundas ao longo do século XX, entre elas a passagem do fordismo para o toyotismo ou a passagem de uma acumulação rígida para uma acumulação flexível assim como o desenvolvimento de uma sociedade de consumo como solução à crise de superprodução de 1929. Nesta parte da tese, então, buscar-se-á entender o impacto destas transformações na produção de subjetividade numa realidade social capitalista determinada pela lógica da acumulação flexível e pela necessidade sempre crescente de consumo de mercadorias. Uma das principais mudanças, conforme já foi mencionado nesta introdução, foi a perda de durabilidade e qualidade do valor de uso das mercadorias, tornando a qualidade total tão somente o invólucro de uma mercadoria destinada a uma cada vez mais rápida obsolescência para uma reprodução igualmente mais rápida do circuito da mercadoria - a sua produção, venda e compra. István Mészáros, no seu *Para Além do Capital*, designou este fenômeno como taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Mas, esta taxa atinge não apenas a mercadoria produzida, mas também a mercadoria trabalhador, tendo em vista que uma das características da acumulação flexível é a paulatina desregulamentação de toda e qualquer estabilidade no interior do mundo do trabalho para uma redução dos custos trabalhistas. Mas, Wolfgang Fritz Haug, no seu livro *Crítica da Estética da Mercadoria*, observa que a perda da durabilidade da mercadoria e, por via de consequência, a perda de sua qualidade, vem acompanhada pelo desenvolvimento da sua estética, ou seja, enquanto a mercadoria propriamente dita sofre uma perda de durabilidade e qualidade, a sua embalagem, propaganda e as demais técnicas de venda vêm se desenvolvendo exponencialmente. O principal objetivo do desenvolvimento estético da mercadoria é a produção de desejos no

consumidor pela promessa de prazer que, em sua quase totalidade, fazem os consumidores desconsiderarem completamente a real necessidade, utilidade, durabilidade e qualidade da mercadoria desejada. Um dos efeitos desta incessante produção de desejos realizada pela estética da mercadoria, segundo Zigmunt Bauman em *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, é uma alteração do mal-estar no interior de uma sociedade de consumo, uma vez que nela é o princípio de realidade que agora deve se adequar ao princípio de prazer, ou ainda, é a “felicidade” individual que reduz à sua medida a realidade do mundo externo como um todo. Logo, o mal-estar se tornou mais dialético, uma vez que não deixou de produzir a mais-repressão e de transformar o princípio de realidade em princípio de desempenho como também pretende realizar o controle do próprio princípio de prazer, tão necessário à produção incessante de desejos realizada pela estética da mercadoria, o que, entre tantas conseqüências, a desestabilização da psique humana é a mais evidente.

Em suma, diferentemente da modernidade, ou da civilização (segundo Freud), ou ainda, de uma realidade social marcada pela acumulação rígida do modo de produção fordista, a pós-modernidade (segundo Bauman) ou a realidade social determinada pela acumulação flexível (conforme David Harvey em a *Condição Pós-Moderna*) se caracteriza pelo mal-estar resultante da liquidez das ordens e da incerteza, da mudança constante dos padrões de comportamento e de consumo, mudança esta que tem impacto direto sobre a identidade dos indivíduos. Num mundo onde os bens duráveis foram substituídos por produtos projetados para a obsolescência tão logo sejam consumidos, as identidades precisam ser adotadas e descartadas o mais rapidamente possível, o que faz com que o mal-estar nasça não mais da regulamentação excessiva da ordem real, mas sim da desregulamentação produzida, por sua vez, pela produção incessante de desejos necessária à renovação e reprodução constante do circuito da mercadoria (sua produção, compra e venda).

O primeiro resultado destas transformações, por conseguinte, não é apenas a passagem de um modo de extração fordista de produção para um modo toyotista, ou seja, não é apenas uma transformação no controle heterônomo da produção de mercadorias, mas também uma transformação e desenvolvimento do controle heterônomo do consumo de mercadorias, controle este que começou no fordismo,

mas que ganha uma nova dimensão com o avanço tecnológico e com a própria transformação da mercadoria. Em outras palavras, o capital se caracteriza, então, por ser ao mesmo tempo um controle heterônomo da produção e do consumo de mercadorias. Esta transformação destinou à obsolescência a mercadoria produzida, a mercadoria trabalhador assim como a subjetividade dos consumidores. Desta maneira, a obsolescência se torna um dos principais elementos tanto das relações do mundo do trabalho e da própria mercadoria quanto da psique do trabalhador tornado consumidor depois de 1929.

Mas, o mal-estar resultante da obsolescência do mundo e do ser humano, ao contrário do que podia se esperar, não se traduziu numa explosão de movimentos revolucionários, havendo, inversamente, uma acomodação do proletariado no interior da realidade capitalista, ainda que movimentos sociais anti-capitalistas continuem existindo (o MST e o EZLN são alguns exemplos). Tal fato só é possível, em grande medida, porque esta obsolescência vem acompanhada pelo prazer prometido pelo consumo, mais especificamente, pela estética da mercadoria. Portanto, o mal-estar que caracteriza a acumulação flexível, ou a pós-modernidade, advém não apenas de uma realidade injusta fruto de um controle (dominação) determinado pela mais-repressão e pelo princípio de desempenho, mas também de um controle (dominação) que se dá sobre o princípio de prazer graças à promessa de sempre mais prazer que a estética da mercadoria realiza. Com isso, outra questão deste trabalho surge, a da possibilidade de se pensar os conceitos de mais-prazer e de princípio de desempenho flexível. Assim, tanto o princípio de realidade numa sociedade capitalista é determinado pela mais-repressão e pelo princípio de desempenho, conforme Marcuse observou, quanto o próprio princípio de prazer é determinado pela produção de desejos da estética da mercadoria, ou seja, pelo mais-prazer, aquele sobreprazer ou prazer excedente que é responsável pela produção de desejos consumistas. Em suma, a repressão hodierna se tornou dupla ao abarcar, ao mesmo tempo, o princípio de realidade e o princípio de prazer, o que significa dizer que o princípio de prazer é controlado não pela lógica da gratificação, tal como queria Marcuse, mas pela lógica da estética da mercadoria. No que se refere ao princípio de realidade próprio da acumulação flexível, é preciso dizer que ele é determinado pelo princípio de

desempenho flexível. Diversamente ao princípio de desempenho pensado por Marcuse, o princípio de desempenho flexível nasce da realidade social da acumulação flexível, uma vez que nela o proletariado, ou o trabalhador, não tem mais a sua atividade marcada pela especialidade e fragmentação, próprias da acumulação rígida fordista, mas sim pela polivalência presente tanto na produção direta de mercadorias quanto nas atividades que participam indiretamente da produção. Portanto, o prazer, junto com a obsolescência se constituem como dois dos elementos da alienação contemporânea.

A tese principal deste trabalho consiste, então, na possibilidade de se pensar o conceito de alienação flexível, flexibilidade esta que adviria não apenas da obsolescência oriunda da crescente abolição da estabilidade no mundo do trabalho, da durabilidade das mercadorias e da identidade da subjetividade do trabalhador, mas também por articular com incrível flexibilidade o mal-estar que resulta da obsolescência pós-moderna, ou da acumulação flexível, com o prazer apropriado pela lógica do consumo, o mais-prazer. Assim, a terrível novidade da alienação flexível não reside apenas na transformação da força de trabalho em mercadoria consumível, mas na articulação desestabilizadora que esta transformação realiza com o prazer prometido pelo consumo, o *mais-prazer*. A acumulação flexível produziu uma alienação cuja flexibilidade se funda tanto na falta de estabilidade nas condições de trabalho, na falta de solidez da subjetividade e na falta de durabilidade das mercadorias, quanto no prazer ou mais-prazer engendrado pela produção de desejos consumistas.

Deste modo, o prazer, ou o mais-prazer, é o invólucro do mal-estar que resulta da obsolescência da alienação flexível, sendo justamente a espessura ou densidade deste invólucro a questão proposta na conclusão deste trabalho. Conforme já foi mencionado nesta introdução, a lei inversa do potencial transformador não serve apenas de princípio ou critério para localizar as potencialidades, tanto objetivas quanto subjetivas, transformadoras das diferentes categorias do proletariado, mas também para distingui-las uma das outras a partir do referido potencial. No entanto, a conclusão pretende colocar como questão a possibilidade de se pensar a lei inversa do potencial transformador como critério para se diferenciar a espessura do invólucro do

mal-estar da alienação flexível, isto é, o mais-prazer. Neste sentido, a lei inversa do potencial transformador, analogamente ao que ocorre nos outros usos desta lei, também pode servir como uma espécie de lente para se avaliar a espessura do mais-prazer que se constitui como o invólucro do mal-estar da alienação flexível, ou seja, a referida lei também pode ser pensada como critério de avaliação da efetividade ideológica do mais-prazer, isto é, da eficácia falseadora e mascaradora do mais-prazer em ocultar o mal-estar da alienação flexível. Desta maneira, quanto mais distante está uma determinada categoria do proletariado do centro produtivo, mais frágil pode ser a espessura do referido invólucro, pois menor é o seu acesso ao consumo, dado o grau de instabilidade e de nível salarial; inversamente, quanto mais próximo do centro produtivo, mais espesso pode ser este invólucro, uma vez que é maior o acesso ao consumo, resultado dos melhores salários e de uma relativa estabilidade. O que se pretende com este uso da lei inversa do potencial transformador, então, é pensar a espessura ideológica de cada categoria que compõe a classe do proletariado. Assim, quanto maior a precarização, mais frágil pode se tornar a espessura ideológica; inversamente, quanto maior a estabilidade e o salário, mais forte pode se tornar esta espessura. É importante observar que a lei inversa do potencial transformador não é aqui compreendida dentro de uma lógica determinista e esta constatação ocorre não só porque ela se constitui como uma tendência, mas também porque a localização de potenciais transformadores não significa que estes não coexistam com outros potenciais, mesmos os mais conservadores. Deste modo, trabalhadores precarizados podem ser tão ou mesmo mais conservadores do que o diretor ou o dono da empresa em que eles trabalham, o que pode ser causado, talvez, por um maior desejo de consumir e obter ganhos salariais e isto justamente por estarem estes desejos insatisfeitos. A lei inversa do potencial transformador diz respeito tão somente às tendências ou potenciais existentes, não servindo, conseqüentemente, para a quantificação matemática de nexos causais deterministas e, supostamente, inescapáveis.

Uma vez expostos, ainda que de modo introdutório, os conceitos mediadores e o principal conceito desta tese, o de alienação flexível, e, com isso, abrir a possibilidade de se pensar não só a realidade e eficácia destes conceitos, mas também

aquilo que podem ser os elementos de uma teoria contemporânea da alienação, torna-se possível voltar à questão inicial desta introdução: a natureza da tragédia contemporânea, isto é, se ela é sublime ou não. Antes, é preciso observar que o uso da expressão “abrir a possibilidade de se pensar” se deve ao fato de que esta tese não tem nenhuma pretensão de ser um estudo exaustivo sobre os conceitos ou autores aqui abordados. A intenção, ao contrário, é de apenas experimentar tais conceitos, uma vez que muito ainda não foi estudado sobre o tema, resultado não só da sua complexidade e da exigüidade do tempo, mas também por ser esta temática tão vasta que esbarra nos limites individuais do seu autor. Contudo, este limite não foi tratado como um obstáculo para se afirmar os resultados, ainda que parciais, da pesquisa efetuada ao longo de todo o doutorado.

Schiller afirmava que a tragédia está sob as duas leis do sublime, a da apresentação do sofrimento da dimensão sensível do ser humano e a da superação racional (e apenas racional) deste sofrimento, o que pode ser explicado pelo contexto histórico revolucionário da época do autor. No entanto, este contexto não parece ser o mesmo que caracteriza os tempos atuais no que se refere à eclosão de uma revolução tão influente historicamente quanto a Revolução Francesa e a Norte-Americana. Em se considerando a tese da alienação flexível pertinente, então parece que os dias de hoje são caracterizados por uma situação inversa daquela que Schiller vivia e onde pensou o seu conceito de tragédia sublime. Em outras palavras, numa época em que as pessoas parecem anestesiadas por um prazer consumista (ou mais-prazer) que oculta o mal-estar que nasce de uma luta cada mais difícil e incerta pelo direito de ser explorado; numa época em que o ser humano está deixando de ser tratado como mercadoria durável (dona de direitos, garantias e relativa estabilidade) para ser tratado como mercadoria consumível, descartável, pois facilmente substituível (desprovida de direitos, garantias e estabilidade); numa época em que as pessoas parecem querer esquecer, na busca do suposto êxtase do consumo, a incerteza no seu trabalho e, conseqüentemente, a incerteza de continuar mantendo as condições de uma vida muitas vezes indigna; numa época em que as pessoas parecem não querer ver o desemprego crescente e a destruição ambiental que a ordem da acumulação flexível e o seu consumismo tornam necessários à existência do capitalismo

contemporâneo; esta época, então, é certamente uma época trágica, mas de uma tragédia dessublimada, uma vez que os seus protagonistas, como ora apresentados, parecem entorpecidos por desejos e prazeres consumistas. Boa parte das pessoas, portanto, não está efetivamente interessada em qualquer superação racional do horror em que consiste a atual ordem econômica, uma vez que dominadas pela preocupação de manter os seus empregos, o que obviamente não é pouco, e de conseguir participar ou de continuar participando da festa do consumo. Enfim, a tragédia hodierna parece se definir pela estagnação do ser humano num estado desejanste que busca apenas a realização de prazeres consumistas, estagnação esta que parece obstar qualquer pretensão racional que advogue a superação do crescente mal-estar no interior do mundo do trabalho e, por isso, do crescente sofrimento contemporâneo, uma superação que caracterizaria uma tragédia sublime, o que não é o caso da tragédia dos dias hoje.

Contudo, esta tese tem a esperança, ou a aposta, de que o quadro histórico desta tragédia não é insuperável, posto que a história ainda não terminou, ao contrário daquilo que é defendido por alguns teólogos do capitalismo. A revolução continua sendo objetivamente possível e isto não apenas porque a realidade da lei inversa do potencial transformador pode ser empiricamente demonstrada, mas também porque o capital está fazendo com o mundo algo muito semelhante ao que Adorno e Horkheimer escreveram acerca do anti-semitismo:

Os anti-semitas estão em vias de realizar com as próprias forças seu negativo absoluto, eles estão transformando o mundo no inferno que sempre viram nele. Uma reviravolta vai depender da capacidade dos dominados, em face da loucura absoluta, de se tornarem senhores de si mesmos e de pôr termo a ela. (...) Isso representaria a passagem da sociedade anti-semita, que impele os judeus e os demais para uma condição patológica, para a sociedade humana. Essa passagem realizaria, ao mesmo tempo, a mentira fascista, mas como a sua contradição: a questão judia se revelaria, de fato, como o momento decisivo da história. Superando a doença do espírito, que grassa no terreno da auto-afirmação imune à reflexão, a humanidade deixaria de ser a contra-raça universal para se tornar a espécie que, embora natureza, é mais do que a simples natureza, na medida em se apercebe de sua própria imagem².

² ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M., *Dialética do Esclarecimento*, p. 186.

Sabe-se hoje que a questão judaica e a derrota do anti-semitismo em sua forma nazi-fascista não foi o suficiente para emancipar a humanidade, mas a atual condição do trabalhador talvez possa, uma vez que o capital, assim como os anti-semitas da época de Adorno e Horkheimer, está fazendo do mundo a imagem daquilo que antes só existia em seus desejos e em sua imaginação. Neste sentido, então, a tragédia dessublimada da alienação flexível pode se constituir como um momento histórico necessário à emancipação humana, justamente por ser a sua negação. Em outras palavras, a esperança deste trabalho consiste em tentar descrever conceitualmente a tragédia que pode vir a se tornar justamente a condição para a emancipação do proletariado, ou seja, a condição trágica da emancipação humana.

Por fim, é preciso dizer ainda que, para realizar a descrição da realidade social que esta tese chamou de alienação flexível, foi preciso ir além dos tradicionais limites daquilo que costuma ser designado como um trabalho acadêmico ou institucional de filosofia, ou mesmo como filosofia. Mas, então, o que seria uma questão filosófica? O que seria o momento filosófico deste trabalho? Por que esta tese é uma tese de filosofia? Antes de tudo, não se pretende aqui exaurir a questão do que seja ou não filosofia, uma questão filosófica ou mesmo um trabalho institucional ou acadêmico de filosofia, mas de apenas tentar esclarecer a posição teórica deste trabalho como também uma posição filosófica. Além do esclarecimento da posição epistemológica do materialismo histórico, é possível dizer que este trabalho é de filosofia na medida em que ele tenta compreender a posição histórico-existencial que ocupa o ser humano em nossa época, mais especificamente, na sociedade capitalista contemporânea, pois como escreve Marcuse:

Quando se considera aqui a crítica por Marx da Economia Política e sua fundamentação da teoria revolucionária como ‘filosóficas’, isso não quer dizer que se trata aqui de questões filosóficas ‘apenas teóricas’ através das quais a situação histórica concreta (do proletariado no capitalismo) e sua prática são alicerçadas. Resultado, fundamento e objetivo da análise são a situação histórica concreta e a prática que a transforma. E quando a situação e a prática são consideradas sob o aspecto da história da essência do homem, esse aspecto torna ainda mais cortante o caráter prático agudo da crítica: o fato de que através da sociedade capitalista são colocados em questão não somente fatos e objetos econômicos, e sim toda ‘*existência*’ (grifo meu) do homem, a ‘realidade humana’ representa para Marx a justificação decisiva da revolução proletária

como uma revolução *total e radical* que exclui toda modificação parcial ou ‘evolutiva’³.

Esta tese, por conseguinte, se entende como um trabalho de filosofia na medida em que põe a questão da posição histórico-existencial do ser humano, compreendendo como existência-histórica do homem não apenas sua realidade interior subjetiva, mas também a sua realidade exterior objetiva, ou seja, o ser humano é compreendido no conjunto de suas relações, sejam elas intersubjetivas, sociais, psíquicas ou naturais. Mas, para conhecer estas dimensões foi preciso estudar outros ramos do saber humano – sobretudo sociologia, economia e psicanálise –, o que, obviamente, significou um problema, pois não só a questão é demasiado complexa e exigiria muito mais tempo do que os quatro anos que o doutorado proporciona, mas também porque o autor desta tese tem uma formação acadêmica que em parte contradiz a exigência deste trabalho, ou seja, uma formação onde os saberes não são tratados como uma totalidade e sim como especialidades. O trecho de José Carlos Mariátegui, por tudo que foi dito nesta introdução, expressa muito bem o único reconhecimento que se espera do leitor deste trabalho: “...se existir algum mérito que eu espero e reclamo que reconheçam, é o de (..) injetar todo meu sangue nas idéias⁴.”

Por fim, é importante notar ainda que esta é uma tese temática, o que significa dizer que o seu objeto não é um autor ou um conceito de um autor. Portanto, controvérsias, interpretações, afinidades e influências entre os autores não foram abordadas, pois se assim fosse seria impossível chegar ao objetivo deste trabalho: o conhecimento da alienação contemporânea a partir de dois dos seus elementos: a obsolescência e o prazer. Em assim sendo, é possível citar Foucault:

...tomei o texto de Nietzsche em função de meus interesses, não para mostrar que era essa a concepção nietzscheana (...) – pois há inúmeros textos bastante contraditórios entre si a esse respeito – mas apenas para mostrar que existe em Nietzsche um certo número de elementos que põem à nossa disposição um modelo para uma análise histórica (...)⁵.

³ MARCUSE, H., *Idéias para uma Teoria Crítica da Sociedade*, p. 16.

⁴ MARIÁTEGUI, J. C., *7 Ensaíos para Interpretação da Realidade Peruana*, p. XXI.

⁵ FOUCAULT, M., *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p 23.

Logo, os autores bem como os seus textos foram estudados não para conhecer o sistema filosófico, sociológico ou psicanalítico deles, mas tão somente para compreender a realidade da alienação contemporânea.